

## ULTRADIREITA NO PODER: REAÇÃO INSTITUCIONAL À ASCENSÃO DE MINORIAS E RECOMPOSIÇÃO DA NORMATIVIDADE NO BRASIL

Matheus Luiz Franco G. da Silva <sup>1</sup>

### Introdução

A ascensão da ultradireita no Brasil tem se expressado por meio de práticas institucionais que visam redefinir os marcos normativos da cidadania e da legitimidade política. Longe de ser uma reação espontânea da sociedade civil, trata-se de um projeto coordenado de restauração simbólica da centralidade da branquitude, da cisheteronormatividade e da moralidade cristã na formulação de políticas públicas. A hipótese deste trabalho é que parte significativa dessa atuação pode ser compreendida como forma estruturada de reação à presença crescente de sujeitos subalternizados no espaço institucional, por meio de dispositivos que articulam ressentimento, exclusão e reordenação normativa.

O referencial de Lenka Buštíková (2019) demonstra que a radicalização da maioria ocorre diante da ascensão institucional de minorias. Esse processo, que a autora denomina *reaction to minority ascendancy*, mobiliza ressentimentos intergrupais (group resentment) e resulta em políticas regressivas orientadas à reversão ou contenção de direitos conquistados (policy hostility). No Brasil, esse padrão adquire contornos específicos: a estrutura racializada da sociedade faz da branquitude o sujeito tácito da perda, e a nostalgia mobilizada pela ultradireita opera como ferramenta de reorganização normativa. Trata-se de um mecanismo político que projeta a perda de status como ameaça nacional e propõe sua correção por meio da atuação estatal.

Como mostram Tatagiba, Biroli e Quintela (2023), essa atuação não se limita à contenção: envolve estratégias propositivas de reconfiguração institucional, como a ocupação de ministérios e a substituição de políticas de equidade por narrativas centradas na família, na autoridade moral e na segurança nacional. A ofensiva antigênero e a oposição à equidade racial não se dão apenas como reação, mas como produção de um novo paradigma normativo. Propõe-se aqui, como ampliação do modelo de Buštíková, a inclusão da dimensão do questionamento

---

<sup>1</sup> Cientista Político (UNIRIO), Mestrando em Ciências Sociais (PUC-RJ) e Especializando em Patrimônio Cultural (CEFET-RJ). Bolsista CAPES. [matheuslfgs@gmail.com](mailto:matheuslfgs@gmail.com).

ativo da legitimidade dos direitos adquiridos por minorias. Trata-se da construção discursiva e institucional de que tais direitos são distorções jurídicas, privilégios indevidos ou ameaças à ordem. A análise concentra-se, portanto, em práticas públicas que não apenas apagam sujeitos dissidentes, mas colocam em xeque os próprios fundamentos de sua cidadania. A depravação nostálgica, nesse contexto, é entendida como tecnologia de governo articulada à recomposição da autoridade simbólica da maioria. O foco da investigação não está em percepções difusas da população, mas na atuação do Estado como operador da exclusão.

## **Metodologia**

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de base documental e indiciária, com foco na análise de práticas institucionais promovidas por órgãos da administração pública federal durante o governo Bolsonaro (2019–2022). O objetivo é compreender como campanhas ministeriais, diretrizes programáticas e ações de governo atuam na reorganização normativa do pertencimento nacional, mobilizando afetos políticos e produzindo exclusão por meio de instrumentos formais.

O corpus empírico foi composto por materiais públicos produzidos por órgãos como o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), a Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom) e o Ministério da Educação (MEC). Foram selecionadas campanhas como a “Semana da Família Brasileira”, diretrizes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e peças contra a “ideologia de gênero”. A seleção considerou visibilidade institucional e incidência de marcadores normativos associados à ordem moral e racial nacional.

A análise se vale da abordagem indiciária (Ginzburg, 1989) e da análise crítica do discurso institucional, sem recorrer a surveys ou mensuração de opinião pública. Parte-se da hipótese de que o Estado desempenha papel central na organização da resposta institucional à ascensão simbólica de sujeitos subalternizados, e que políticas regressivas operam não apenas por omissão, mas como forma ativa de reinscrição da desigualdade.

## **Resultados e discussões**

Restauração moral da ordem nacional: a reconfiguração simbólica promovida pelo MMFDH

Durante o governo Bolsonaro (2019–2022), o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) tornou-se o principal polo de articulação institucional da agenda moral da

ultradireita brasileira. Sob a liderança de Damares Alves, o ministério não apenas desmontou políticas pré-existentes voltadas a direitos sexuais e reprodutivos, como produziu e difundiu campanhas centradas na recuperação de valores cristãos e familiares como fundamentos da nação. A campanha “Semana da Família Brasileira” (2021), por exemplo, consistiu em uma série de eventos e materiais institucionais que exaltavam a figura da “família tradicional” como núcleo da ordem social e como baluarte contra “ameaças ideológicas” associadas à diversidade sexual e de gênero.

Essa ação não se restringe a uma expressão simbólica de conservadorismo. Ela se insere no que Buštiková (2019) caracteriza como *policy hostility* — ou seja, políticas públicas orientadas a conter o avanço institucional de minorias e a promover a restauração de estruturas normativas anteriores. O MMFDH atuou não apenas por omissão, mas por produção ativa de normatividade moral, por meio da deslegitimização de sujeitos considerados “ameaçadores” à ordem nacional. A campanha citada foi articulada com o discurso contra a “ideologia de gênero” e com a reiteração de que o Brasil é uma “nação cristã”, apagando a diversidade religiosa e desautorizando existências dissidentes.

A retórica da restauração, nesse contexto, opera como dispositivo de reordenamento do pertencimento. Trata-se de uma tentativa de reconstituir um Brasil imaginado, moralmente homogêneo e racialmente velado, onde a autoridade da branquitude, da heteronormatividade e da moral cristã não é questionada. Essa operação institucional ativa uma estrutura de ressentimento intergrupal, nos termos de Buštiková (2019), e produz efeitos de exclusão por via da moralização do espaço público. A depravação nostálgica, aqui, não é um sentimento isolado, mas uma tecnologia política que organiza práticas estatais voltadas à contenção da pluralidade.

A atuação do MMFDH articula-se, portanto, com a estratégia identificada por Tatagiba, Biroli e Quintela (2023), de ocupação do Estado por agentes promotores de uma agenda normativa alternativa, com base na reinterpretação conservadora de valores constitucionais. A família, os direitos humanos e a infância são ressignificados como territórios morais a serem “protegidos” de influências externas, deslocando o foco das desigualdades estruturais para a proteção de um ideal normativo. O Estado se converte, assim, em operador direto da ordem moral ultraconservadora.

### **Regulação excluente e racializada da cidadania: diretrizes antifeministas e apagamento de gênero no Estado brasileiro**

A atuação da ultradireita brasileira no governo federal entre 2019 e 2022 produziu efeitos concretos na reconfiguração institucional do Estado, especialmente no que tange às políticas de gênero e à presença de sujeitos dissidentes nos marcos da cidadania. Como demonstram Tatagiba, Biroli e Quintela (2024), houve a consolidação de uma coalizão governista convergente antifeminista, com presença significativa de atores religiosos conservadores no alto escalão dos ministérios da Saúde, da Educação e da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH). Tais atores operaram a partir de uma lógica institucional de bloqueio, substituição e apagamento de políticas voltadas à equidade de gênero, produzindo retrocessos estruturados na administração pública federal.

No MMFDH, por exemplo, a retirada de referências à diversidade sexual e de gênero de campanhas e portarias foi acompanhada por um discurso que reconfigurava os “direitos humanos” como campo exclusivo de proteção à “família tradicional”, ressignificando as categorias de proteção sob uma gramática moral conservadora. No MEC, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, amplamente difundido, promoveu a disciplina e a homogeneidade comportamental como valores centrais, com efeitos de silenciamento de debates sobre raça, gênero e sexualidade. Essas ações compõem o repertório do backlash antigênero na região (Biroli; Caminotti, 2020).

Além disso, Rovira Kaltwasser, Tanscheit e Arriaza Moreno (2025) demonstram que as atitudes antifeministas no Brasil não são fenômenos residuais, mas estruturam o posicionamento de frações relevantes do eleitorado e da elite política. O estudo revela que tais atitudes se associam diretamente à defesa da penalização moral de pautas feministas, da oposição à descriminalização do aborto e da associação entre “feminismo” e “ameaça nacional”.

Do ponto de vista teórico, esses elementos são compatíveis com o conceito de policy hostility (Buštíková, 2019), uma vez que não se trata de ausência de políticas públicas, mas da promoção ativa de políticas excludentes e do desmonte de dispositivos de inclusão construídos em governos anteriores. Trata-se da substituição deliberada de marcos normativos inclusivos por dispositivos que reestabelecem a autoridade cisheteronormativa, branca e cristã como critério de pertencimento. Nesse processo, a política estatal se converte em operador da exclusão, sob a aparência de “neutralidade” ou “revisão técnica”.

Essa regulação institucionalizada da exclusão não apenas responde à presença de minorias no espaço público, como a teoria de Buštíková propõe, mas também questiona a legitimidade dos marcos jurídicos já conquistados, tensionando o próprio pacto constitucional. O efeito políticoafetivo dessa dinâmica se expressa na ativação da depravação nostálgica, que funciona

como tecnologia de recomposição da identidade nacional, por meio da projeção de um passado idealizado, racialmente homogêneo e moralmente disciplinado.

## Considerações finais

Os dados analisados neste trabalho demonstram que a mobilização institucional da ultradireita brasileira entre 2019 e 2022 não se limitou à retórica conservadora nem a atos isolados de contenção. Ao contrário, consolidou-se um processo de produção normativa estruturada, orientado à restauração simbólica da autoridade moral, racial e sexual da maioria dominante. A articulação entre campanhas ministeriais, ocupação de cargos estratégicos e reconfiguração discursiva de políticas públicas indica a existência de um projeto sistemático de redefinição dos marcos da cidadania sob a ótica da exclusão.

A partir do referencial de Lenka Buštíková (2019), o trabalho mostrou como os conceitos de reaction to minority ascendancy, policy hostility e group resentment são úteis para compreender as práticas da ultradireita como respostas organizadas à presença de minorias no espaço institucional. No entanto, os dados indicam que, no caso brasileiro, esse padrão reacional é ampliado pela presença de uma lógica propositiva: os atores governamentais não apenas reagem, mas reorganizam a normatividade estatal por meio do questionamento da legitimidade dos direitos adquiridos. Essa chave analítica, aqui proposta como ampliação crítica do modelo de Buštíková, permite compreender a singularidade do caso brasileiro no interior da agenda transnacional antigênero e anti-equidade.

A metodologia adotada — voltada à análise de práticas institucionais, e não de percepções populares — mostrou-se eficaz para rastrear como o Estado se converte em operador de afetos autoritários. A depravação nostálgica, compreendida como efeito político-afetivo da perda percebida da centralidade simbólica da maioria, emerge como tecnologia de governo, ativada por dispositivos oficiais que projetam um passado idealizado e organizam a política pela lógica da restauração.

Como demonstrado nos trabalhos de Tatagiba, Biroli, Quintela, Rovira Kaltwasser e Tanscheit, a ofensiva contra os direitos de gênero e raça no Brasil contemporâneo é multifacetada e demanda abordagens que levem em conta os circuitos institucionais da reação. Ainda assim, a literatura carece de estudos que investiguem, em profundidade, como o Estado atua como promotor ativo da hostilidade normativa, por meio da formulação de políticas regressivas travestidas de técnica, neutralidade ou moralidade. Conclui-se, portanto, que é necessário ampliar o uso da abordagem proposta por Buštíková no campo da ciência política brasileira,

com especial atenção às especificidades de regimes de racialidade, moralidade e religiosidade no Sul global. O conceito de policy hostility, articulado à crítica da branquitude e à performatividade institucional dos afetos políticos, constitui uma chave promissora para compreender os rearranjos autoritários contemporâneos — não como disfunções transitórias, mas como disputas duráveis em torno dos sentidos de pertencimento, legitimidade e nação.

**Palavras-chave:** Ultradireita, Estado, Normatividade, Exclusão simbólica, Policy backlash.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2018.
- BIROLI, Flávia; CAMINOTTI, Mariana. The conservative backlash against gender in Latin America. *Politics & Gender*, Cambridge, v. 16, n. 1, p. 1–6, mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1743923X20000045>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- BUSTÍKOVÁ, Lenka. Extreme reactions: radical right mobilization in Eastern Europe. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 2008.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143–180.
- HARRIS, Cheryl I. Whiteness as property. *Harvard Law Review*, Cambridge, v. 106, n. 8, p. 1707–1791, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1341787>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal; TANSCHEIT, Talita; ARRIAZA MORENO, Andrés. Attitudes towards feminism in Latin America: exploring the determinants of support and opposition. *Latin American Politics and Society*, Cambridge, v. 65, n. 1, p. 87–114, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/lap.2022.26>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- TATAGIBA, Luciana; BIROLI, Flávia; QUINTELA, Gabriela. Reações à igualdade de gênero e ocupação do Estado no governo Bolsonaro: disputas normativas e rearranjos institucionais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2024, Brasília. Anais eletrônicos... Brasília: ABCP, 2024.
- UOL. Revisão da Lei de Cotas reacende debate sobre políticas afirmativas no Brasil. UOL Notícias, São Paulo, 28 jul. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/28/lei-de-cotas-congressodebate-revisao.htm>. Acesso em: 9 jun. 2025.